

**Relatório da Administração**

Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita" ou "Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações,

suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Santa Rita é uma empresa que atua no segmento portuário, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infra-estrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no

mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infra-estrutura de área portuária e estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para os acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos

de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos.  
São Paulo, 22 de março de 2012.

**A Administração**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Adiantamento a fornecedores			23		23	Fornecedores		459	21	466	21
Impostos a recuperar		2	4	2	4	Salários, provisões e contribuições sociais		11	16	11	16
Despesas do exercício seguinte		3	–	3	–	Impostos, taxas e contribuições	8	14	14	14	14
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>484</b>	<b>51</b>	<b>491</b>	<b>51</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Patrimônio líquido</b>	9				
Investimentos	5	70.193	70.200	–	–	Capital social		94.384	80.274	94.384	54.024
Imobilizado	6	224	4	70.424	70.204	Prejuízos acumulados		(1.135)	(752)	(1.135)	(673)
Intangível	7	23.311	9.342	23.311	9.342	Participação de acionistas não controladores		–	–	–	26.171
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>93.728</b>	<b>79.546</b>	<b>93.735</b>	<b>79.546</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>93.249</b>	<b>79.522</b>	<b>93.249</b>	<b>79.522</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>93.733</b>	<b>79.573</b>	<b>93.740</b>	<b>79.573</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>93.733</b>	<b>79.573</b>	<b>93.740</b>	<b>79.573</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando destacado de outra forma)**

**1. Informações sobre a Companhia** – A Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita" ou "Companhia"), constituída em 15 de julho de 2008, com sede em São Paulo – SP, a qual encontra-se em fase pré-operacional, tem por objeto específico instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários e a participação em outras sociedades desde que relacionados com o objeto principal da Companhia. Em 19 de dezembro de 2011, a controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL" e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica ("Associação"), por meio de uma sociedade anônima brasileira a ser denominada Vetria Mineração S.A. ("Vetria"), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possui a intervenção e anuência da Companhia, da sua controlada TPB e da Vetorial Mineração S.A. A Vetria atuará na exploração, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação de minério de ferro por meio de (i) um porto privado a ser construído em Santos/SP, (ii) uma capacidade de transporte ferroviária garantida nos termos de um contrato de prestação de serviços de transporte celebrado com a ALL, e (iii) uma mina própria localizada no Maciço de Urucum, na região de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. O Maciço de Urucum é rico em minério de ferro de alta qualidade, com teor de ferro estimado superior a 62%. Para isto: (a) a Vetria possuirá uma mina operacional de minério de ferro localizada em Corumbá/MS, com reservas minerais estimadas em 1.000.000.000 (um bilhão) de toneladas de minério de ferro. A capacidade de produção atual da mina é de 1 milhão de toneladas por ano ("mtpa")<sup>(1)</sup>; (b) a Vetria será proprietária de um imóvel de 1,9 km<sup>2</sup> no estuário de Santos/SP, onde será construído um complexo portuário para minério de ferro e derivados; e (c) a Vetria investirá em vagões, locomotivas e na modernização completa da ferrovia que liga Corumbá a Santos. O material rodante será de propriedade da Vetria. A Vetria contratará a ALL para realizar a logística ferroviária, que garantirá uma capacidade de 27,5 mtpa<sup>(2)</sup> a uma tarifa de R\$45<sup>(3)</sup> por tonelada, em moeda de hoje. Esta tarifa contempla um desconto de frete em contrapartida aos investimentos que serão realizados pela Vetria na malha ferroviária da ALL. <sup>(1)</sup> Valores não revisados pelos auditores independentes. A participação no capital social total e votante da Vetria será conforme descrito abaixo. Os acionistas celebrarão, no fechamento da Associação, acordos de acionistas para regular seus direitos e obrigações.

e mútuo com partes relacionadas. 2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. 2.3. Imobilizado: Os bens registrados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.4. Ativos Intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desviam os ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**Acionista**

Acionista	Participação (%)
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Acionistas da Vetorial	33,83%
Total	100%

Além de sua participação na Vetria, a Vetorial terá também direito a royalties de US\$2,50<sup>(1)</sup> por tonelada de minério de ferro extraída da mina, limitado a um total de 500 milhões de toneladas<sup>(2)</sup>. Para criar a solução integrada Mina, logística e Porto, a Vetria estima ser necessário investir aproximadamente R\$7,6 bilhões<sup>(3)</sup> para: (i) ampliar a capacidade da mina em 20 mtpa<sup>(4)</sup>, sendo que atualmente a mina é operacional e já possui as licenças de operação, sendo necessário obter licenças para ampliação da capacidade; (ii) aumentar a capacidade da ferrovia com investimentos em infra-estrutura de via permanente e aquisição de locomotivas e vagões novos, já que a ferrovia é operacional e possui todas as licenças, sendo necessário obter licenças para ampliação de pátios de cruzamento; e (iii) construir um porto privado de uso misto no estuário de Santos, já que o porto possui a licença ambiental prévia para operação de graneis sólidos, líquidos e contêineres, sendo necessária a obtenção de licença ambiental de instalação para movimentação de minério de ferro. Os recursos necessários para tais investimentos deverão ser obtidos pela Vetria junto ao mercado financeiro e/ou eventuais parceiros estratégicos, sem garantias ou obrigações de vender por parte dos acionistas da Associação. A obtenção de tais recursos é uma das condições para a efetiva implementação da Associação. Com os investimentos, a Vetria estima atingir uma produção inicial de minério de ferro de 20 mtpa, que poderá ser expandida em mais 7,5 mtpa<sup>(5)</sup>, atingindo 27,5 mtpa<sup>(6)</sup>. <sup>(1)</sup> Valores não revisados pelos auditores independentes. A efetivação da Associação estará condicionada ao cumprimento de determinadas condições, inclusive no que diz respeito à obtenção das aprovações pertinentes por parte das autoridades governamentais competentes. A Vetria espera cumprir tais condições no prazo de até dois anos. Dentre as condições acima mencionadas, destacam-se as seguintes: Obtenção dos recursos financeiros necessários para os investimentos, incluindo o equity; Aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN) para a transferência das ações de emissão da Vetorial para a Vetria; Certificação das reservas minerais (metodologia JORC); Obtenção das licenças ambientais necessárias junto às autoridades governamentais; Aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos contratos operacionais entre ALL e Vetria; e Obtenção da autorização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para implantação e operação do porto. Controladas: Em 31 de dezembro de 2011, a participação relevante da Santa Rita, consiste na TPB – Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB"), constituída em 25 de junho de 2008, uma sociedade limitada que possui seu capital social totalmente formado através da versão da área denominada Gleba Santa Rita, localizada na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, com potencial aproveitamento para implantação de um terminal portuário, avaliado a valor de mercado no montante de R\$70.200, conforme laudo de avaliação preparado por especialistas contratados. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

**2. Políticas contábeis** – As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e a de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.1. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente (i) **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos entre partes relacionadas e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente adiantamentos a fornecedores e impostos a recuperar. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. (ii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/11
TPB	70.193	100%	70.193	70.193

Investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial 2011	Investimentos permanentes em 31/12/11	Resultado de equivalência patrimonial 2010
TPB	37	(44)	70.193	(33)

Custo	Controladora		Consolidado	
	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Obras em andamento
Em 31 de dezembro de 2010	5	–	5	–
Adições	45	77	108	230
Em 31 de dezembro de 2011	50	77	108	235
Depreciação	(1)	–	(1)	–
Despesa de depreciação no exercício	(2)	(8)	–	(10)
Em 31 de dezembro de 2011	(3)	(8)	–	(11)
Valor residual líquido:	4	–	4	–
Em 31 de dezembro de 2010	47	69	108	224
Em 31 de dezembro de 2011	47	69	108	224
Taxas de depreciação	10%	20%	–	–

Custo	Controladora		Consolidado	
	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Obras em andamento
Em 31 de dezembro de 2010	5	–	5	–
Adições	45	77	108	230
Em 31 de dezembro de 2011	50	77	108	235
Depreciação	(1)	–	(1)	–
Despesa de depreciação no exercício	(2)	(8)	–	(10)
Em 31 de dezembro de 2011	(3)	(8)	–	(11)
Valor residual líquido:	4	–	4	–
Em 31 de dezembro de 2010	47	69	108	224
Em 31 de dezembro de 2011	47	69	108	224
Taxas de depreciação	10%	20%	–	–

O saldo do imobilizado é constituído principalmente pela área denominada Gleba Santa

Saldos em 31 de dezembro de 2009	Capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	a integralizar		
250.000	(174.671)	–	75.329	74.830
Conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	–	4.945	4.945	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(253)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>250.000</b>	<b>(169.726)</b>	<b>80.274</b>	<b>79.522</b>
Conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	–	14.110	–	14.110
Prejuízo do exercício	–	–	–	(383)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>250.000</b>	<b>(155.616)</b>	<b>94.384</b>	<b>93.249</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Saldos em 31 de dezembro de 2009	Capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Subscrito	integralizar				
220.000	(174.671)	–	(439)	44.690	29.940	74.830
Conversão de participação de acionistas não controladores	3.750	–	3.750	4.945	3.742	4.945
Prejuízo do exercício	–	–	(8)	(226)	(27)	(253)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>223.750</b>	<b>(169.726)</b>	<b>54.024</b>	<b>53.351</b>	<b>26.171</b>	<b>79.522</b>
Conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	–	14.110	–	14.110	–	14.110
Aquisição de participação de acionistas não controladores	26.250	–	26.250	(79)	26.171	(26.171)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(383)	–	(383)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>250.000</b>	<b>(155.616)</b>	<b>94.384</b>	<b>(1.135)</b>	<b>93.249</b>	<b>93.249</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Despesas operacionais, líquidas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração de administradores	10	(126)	(126)	(126)
Despesas gerais e administrativas	11	(178)	(91)	(222)
Depreciação do imobilizado	6	(10)	(1)	(1)
Resultado de equív. patrimonial	5	(44)	(33)	–
<b>Total das despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(358)</b>	<b>(251)</b>	<b>(358)</b>	<b>(250)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras	(25)	(2)	(25)	(3)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(383)</b>	<b>(253)</b>	<b>(383)</b>	<b>(253)</b>

Rita, localizada na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Desenvolvimento de projetos:	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	Adições 31/12/11
Terminais Portuários	9.342	13.969
2010	9.342	13.969
2011	9.342	13.969

O saldo é composto por serviços advocatícios de análises jurídicas, tributárias, contratuais e imobiliárias para levantamento de documentação, incluindo certidões e licenças de diversos órgãos públicos, a fim de regularizar a operação portuária, no montante de R\$9.352, serviços de sondagens no montante de R\$1.934, estudos ambientais no montante de R\$2.493, anteprojeto e projetos de engenharia no montante de R\$2.500 e estudos e pesquisas para obtenção da licença ambiental e viabilização do projeto no montante de R\$7.032.

**8. Impostos, taxas e contribuições** – Os saldos de obrigações sociais e trabalhistas a pagar são assim compostos:

Imposto de renda retido na fonte	8	3
Imposto sobre serviços	1	–
Contribuições sociais retidas na fonte	5	11
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

**9. Patrimônio Líquido – a) Capital social:** Em 15 de julho de 2008, o capital social era composto por 1.000 ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 10 de setembro de 2008, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 249.999,00 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,00 (um real), a Triunfo, integralizou 70.200,00 destas ações, mediante conferência ao patrimônio social do investimento devido pela subscrição na sociedade TPB, com a resultante transferência da titularidade de totalidade das quotas detidas pela Triunfo na TPB para a Companhia. A avaliação do patrimônio líquido conferido por integralização de capital obedeceu ao disposto no art. 8º da Lei das Sociedades Anônimas, tendo sido elaborado por especialista contratado conforme Assembleia Geral na data do evento. Em 5 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e o Sr. Pedro da Rocha Brites ("Brites"), antigo acionista da TPB, estabelecendo a transferência de 30.000,00 ações ordinárias nominativas já integralizadas, o que corresponde a 12% (doze por cento) do capital social ordinários da Companhia. Em 1 de março de 2010, foi firmado o contrato de compra e venda de ações entre a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e o Sr. Pedro da Rocha Brites, estabelecendo a transferência de 3.750,00 de ações ordinárias nominativas já integralizadas, o que corresponde a 1,5% (um e meio por cento) do capital social ordinários da Companhia. Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750,00 ações de emissão da Companhia, correspondente a 1,5% de suas ações, que estavam sob posse da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites. Em ato contínuo, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Companhia de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da Companhia. O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composto a seguir:

TPI LOG S.A.	2010		2011	
	Subscritas	A integralizar	Total	%
Pedro da Rocha Brites	219.999.996	(169.726.004)	50.273.992	88
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.	26.250.000	–	26.250.000	10,5
Outros	4	–	4	–
<b>Total</b>	<b>250.000.000</b>	<b>(169.726.004)</b>	<b>80.273.996</b>	<b>100</b>

**10. Remuneração de administradores** – Os gastos com remuneração dos administradores nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 somaram R\$126, respectivamente.

Serviços de consultoria portuária	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Serviços técnicos de consultoria	20	30	20	30
Despesas c/ viagens, eventos e promoções	63	49	36	54
Despesas com anúncios e publicidade	50	–	50	–
Despesas com impostos e taxas	36	1	56	20
Despesas com utilidades e serviços	18	–	29	–
Outras despesas	25	10	25	18